

**MÁQUINAS DE GUERRA E O NOMADISMO DE BANDOS: TERRITÓRIOS
E COTIDIANOS NO CAMPO DAS DROGAS E NA REDE DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL**

***War machines and gang nomadism: territories and daily lives in the drug
field and in the Psychosocial Care Network***

***Máquinas de guerra y el nomadismo pandillero: territorios y cotidianidad
en el campo de las drogas y en la Red de Atención Psicosocial***

Leandro Roque da Silva

Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário da Paraíba (UNIESP PB)

E-mail: leo_roque1@yahoo.com.br

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFRN e do Programa de Pós-graduação em
Psicologia (PPgPsi/UFRN)

E-mail: akarraes@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 20, 2025, e02010, p. 1-35

ISSN 2447-9837



RESUMEN:

El campo de las drogas está compuesto por un extenso conjunto de prácticas, discursos y legislaciones que orientan directrices legales e institucionales, muchas veces permeados por prejuicios étnicos e ideológicos. Este estudio discute parte de los resultados de una investigación de doctorado realizada en el Noreste brasileño, entre 2020 y 2023, con el objetivo de monitorear situaciones cotidianas que revelan prácticas de resistencia en el contexto de vulnerabilidad de personas que consumen drogas y frecuentan un Centro de Atención Psicosocial (CAPS AD III). Para ello, utilizamos la etnografía como enfoque metodológico, registrando la vida cotidiana de los participantes a través de diarios de campo y entrevistas en profundidad. El análisis de los datos consideró dos momentos principales: las “andanzas etnográficas” y las “conversaciones flip-flop”, realizadas en el CAPS AD III y sus alrededores. La investigación se basó en los conceptos de “máquinas de guerra” (Deleuze y Guattari, 1997) y “vida cotidiana” (Certeau, 1998; Certeau, Giard e Mayol, 1996), para dialogar con los contextos vividos. Los resultados resaltan la importancia de comprender los modos de vida de los participantes como claves para la producción de atención psicosocial, destacando la creación de prácticas de resistencia, como intervalos de deseo y libertad, frente a los imperativos de la normalización. La investigación contribuye a la reflexión sobre la atención psicosocial, resaltando el valor de las experiencias de los participantes en la construcción de alternativas que promuevan rebeliones y fisuras delante la precariedad y vulnerabilidad.

PALABRAS CLAVE: Drogas. Etnografía. Vida cotidiana. Prácticas de resistencia. Atención psicosocial.

ABSTRACT:

The field of drugs is made up of an extensive set of practices, discourses and legislation that guide legal and institutional guidelines, often permeated by the ethnic and ideological prejudices. This study discusses part of the results of a doctoral research carried out in the Brazilian Northeast, from 2020 to 2023, with the aim of monitoring everyday situations that reveal resistance practices in the context of vulnerability of people who consume drugs and attend a Psychosocial Care Center (CAPS AD III). To this end, we used ethnography as a methodological approach, recording the daily lives of participants through field diaries and in-depth interviews. Data analysis considered two main moments: the “ethnographic wanderings” and the “flip-flop conversations”, held at CAPS AD III and its surroundings. The research was based on the concepts of “war machines” (Deleuze and Guattari, 1997) and “everyday life” (Certeau,



au, 1998; Certeau, Giard e Mayol, 1996), to dialogue with the contexts experienced. The results highlight the importance of understanding the participants' ways of life as clues for the production of psychosocial care, highlighting the creation of resistance practices, such as intervals of desire and freedom, as opposed to the imperatives of normalization. The research contributes to the reflection on psychosocial care, highlighting the value of participants' experiences in the construction of alternatives that promote rebellions and fissures in the face of precariousness and vulnerability.

KEYWORDS: Drugs. Ethnography. Everyday life. Resistance practices. Psychosocial attention.

RESUMO:

O campo das drogas constitui-se a partir de um conjunto extenso de práticas, discursos e legislações que orientam diretrizes legais e institucionais, muitas vezes permeadas por preconceitos étnicos e ideológicos. Este estudo discute parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado realizada no Nordeste brasileiro, entre 2020 e 2023, com o objetivo de acompanhar as situações cotidianas que revelam práticas de resistência no contexto de vulnerabilidade de pessoas que consomem drogas e frequentam um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD III). Para tal, utilizamos a etnografia como abordagem metodológica, registrando o cotidiano dos participantes por meio de diários de campo e entrevistas em profundidade. A análise dos dados considerou dois momentos principais: as “andarilhagens etnográficas” e as “conversas de pé de chinelo”, realizadas no CAPS AD III e seu entorno. A pesquisa baseou-se nos conceitos de “máquinas de guerra” (Deleuze e Guattari, 1997) e de “cotidiano” (Certeau, 1998; Certeau, Giard e Mayol, 1996), para dialogar com os contextos vivenciados. Os resultados destacam a importância de compreender os modos de vida dos participantes como pistas para a produção de cuidados psicossociais, evidenciando a criação de práticas de resistência, como intervalos de desejo e liberdade, em oposição aos imperativos de normalização. A pesquisa contribui para a reflexão sobre o cuidado psicossocial, ressaltando o valor das experiências dos participantes na construção de alternativas que promovam rebeliões e fissuras diante da precariedade e vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas. Etnografia. Cotidiano. Práticas de resistência. Atenção psicossocial.



INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado com pessoas que apresentam consumo prejudicial¹ de drogas psicotrópicas (lícitas e ilícitas) e que frequentam um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD III) em uma capital do Nordeste brasileiro. Nosso recorte parte de uma questão que indaga como as pessoas que frequentam um CAPS AD III constroem resistências cotidianas diante das políticas proibicionistas e moralizantes presentes no atual cenário social brasileiro. Nosso objetivo foi etnografar situações construídas no cotidiano que indicam possíveis práticas de resistência ao estado bélico que, por sua vez, alimenta as vulnerabilidades das pessoas que consomem drogas no Brasil.

No país, a política de criminalização das pessoas que usam drogas é um capítulo de um processo que, mais do que legislar valores morais mundialmente aceitos, serve a interesses repressivos e conservadores, tornando a questão ainda mais complexa no contexto capitalista contemporâneo.

Com a instituição da Lei n.º 11.343/2006, observamos um agravamento das prisões relacionadas à questão das drogas, seja pelo tráfico, seja pelo porte (Brasil, 2006). Tal documento sobre a política nacional estabeleceu as normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas (Brasil, 2006). Segundo dados do Infopen, em 2006 tínhamos 47 mil presos por crimes relacionados às drogas (14% do total). Em 2013, o número passou a ser de 138 mil (1 em cada 4 presos) (Brasil, 2017). Em 2016, alcançou 156.749 pessoas (Brasil, 2017). Já em 2023, diante do perfil dos réus processados por tráfico de drogas, os dados apontam que 61% são homens negros, enquanto 27% são homens brancos (Soares, Maciel e Amorim, 2023). Essa hiper representação das pessoas negras nos leva a concluir que a raça é uma variável relevante para a compreensão dos processos de criminalização secundária que envolvem a questão das drogas, aumentando a probabilidade de criminalização quando a pessoa é negra.

Neste sentido, Ribeiro, Elias e Oliveira (2020) indicam que as práticas em torno das políticas sobre drogas brasileiras impulsionam categorias e empreendimentos racializados e racializantes que definem a agenda nacional para tal fim. É justamente com a ideia de guerra que se criaram territórios de intervenção militarizada, onde a população negra é atravessada pela experiência da morte precoce de seus familiares, convivendo em uma realidade em que os homicídios e chacinas são constantes desde

1 O uso prejudicial não pode ser definido apenas em função da quantidade e da frequência desta prática, mas se relaciona a graves prejuízos individuais e sociais diante da relação que a própria pessoa e a sociedade constroem junto a esta prática, envolvendo aspectos orgânicos, simbólicos e históricos. Disponível em: http://www.paho.org/Portuguese/DD/PUB/guia_sida_port_HR.pdf.



a infância.

Os aspectos cotidianos dessa chamada “guerra às drogas” que, como podemos deduzir, é a guerra a certos grupos humanos, estão presentes nos territórios e nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)², sobretudo naqueles voltados para o campo das drogas, como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Como as questões relativas às intervenções de repressão e as questões relativas ao tráfico de drogas chegam no cotidiano dos CAPS AD? Como os usuários que, não raro, estão envolvidos nessa dita “guerra às drogas” experimentam em suas vidas essas intervenções do Estado e os riscos que vivenciam por consumir drogas? Como cuidar desses usuários em territórios marcados por essas violências e precariedades?

Com essas questões em mente, realizamos uma pesquisa etnográfica que nos permitiu discutir as ressonâncias desse cenário de violências no cotidiano dos usuários de um CAPS AD III, buscando conhecer os modos de vida e experiências que pessoas e grupos diretamente envolvidos com tais políticas de morte desenvolvem no cenário de intensas vulnerabilidades. Para tanto, iremos construir um panorama de como a questão que envolve o consumo de drogas foi e é tratada no Brasil, desde seus aspectos sociais, políticos e econômicos, passando pelos paradigmas que regem o cuidado a esta população. Após tal contextualização, propomos, a partir das cenas cotidianas etnografadas, discutir e problematizar as práticas de resistência identificadas, que possibilitam a sobrevivência das pessoas e grupos participantes nas arestas societárias atuais. Para isso, alguns dispositivos conceituais serão utilizados para esse diálogo. A partir do conceito de cotidiano (Certeau, 1998; Certeau, Giard e Mayol, 1996), e ancorados nas discussões sobre as “máquinas de guerra” (Deleuze e Guattari, 1997), pensamos nas experiências dos participantes como formas de construir alternativas que promovam rebeliões e fissuras frente às situações de precariedade e controle dos corpos ditos drogados.

2 O CAMPO DAS DROGAS NO BRASIL: A MANUTENÇÃO DO RACISMO CONTEMPORÂNEA E AS SAÍDAS COTIDIANAS POSSÍVEIS

No Brasil, as políticas genericamente nomeadas como proibicionistas apresentam agravantes específicos. Tal estatuto proibicionista não se caracteriza apenas como um regimento legal, mas também como um fenômeno econômico, moral, ético e estético. Tais elementos são indispensáveis para qualquer análise coerente da realidade, pois acabam por denunciar as situações punitivas e moralizantes das polí-

² Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída pela Portaria/MS 3088 de dezembro de 2011, disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html



ticas sobre drogas voltadas a determinados grupos sociais.

É diante de uma análise da história colonial e seus efeitos nas políticas de saúde que Franz Fanon (2022), ao tratar do racismo como um elemento constitutivo da colonização, aponta que a lógica predatória desse sistema opera uma cisão cultural e psíquica, produzindo dualidades — a metrópole e a colônia, o negro e o branco, os civilizados e os selvagens — constituindo o efeito violento dos colonizadores sobre os colonizados.

Esse processo, analisado por Fanon (2022), é fundamental para a compreensão da dimensão racial e colonial da chamada guerra às drogas e da cisão que ela opera entre o centro e as periferias das cidades, entre os brancos e os negros, entre os “bandidos” e “os cidadãos de bem”. Nesse contexto de antagonismos, o negro, o drogado e a periferia assumem o lugar do colonizado, enquanto a metrópole é representada pelo centro, com seus policiais e agentes da lei, os chamados “cidadãos de bem”, que depositam suas violências nos corpos colonizados.

Desde o Período Colonial brasileiro e no pós-abolição, encontramos evidências de um aparato institucional de leis de diferenciação, exclusão e dominação social da população negra, somados à ausência de um debate sociopolítico criterioso. São posturas centenárias, como a criminalização da maconha, a interdição a drogas mais antiga conhecida no mundo, datada de 1830 (proibição do uso e venda do pito do pango), pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Carneiro, 2019). Outros municípios adotaram posturas semelhantes, a exemplo da Câmara Municipal de Santos, em 1870, que decretou a proibição da venda e do uso do pango³ e outras substâncias para o cachimbar ou fumar. A multa pela venda era de \$ 10.000, e o uso resultava em quatro dias de prisão, conforme o art. 99 da Resolução nº 103 de 3 de maio 1870, estabelecida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP, 1870). Assim, observamos uma diferenciação na punição do “vendedor”, geralmente branco, em relação à punição diferenciada dos usuários negros. Tais posturas constituíram uma tentativa inicial do Estado de controlar um determinado grupo societário a partir de elementos racistas, uma vez que a proibição dessa substância se deu, principalmente, pelo seu significado cultural, associado à cultura negra.

Importante lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, mesmo diante da forte resistência organizada pelos negros. A abolição pouco ou nada fez para devolver a cidadania e a condição humana que havia sido usurpada desse grupo. Pelo contrário, a Lei Áurea (BRASIL, 1888) representou, na prática, uma segunda cassação da cidadania dos afro-brasileiros. Ou seja, o Estado por muitos anos não reconheceu a garantia de direitos para essa população. Em vez disso, um

3 Também conhecida como diamba, liamba ou maconha.



dos primeiros atos da República foi elaborar o Código Penal de 1890, que teve o papel de garantir o controle dos corpos negros, considerados potenciais criminosos. Além disso, houve um investimento em uma política de branqueamento, “seja por meio da dizimação dos negros pelas pestes urbanas (alcoolismo, sífilis, tuberculose), seja por meio da substituição de negros por trabalhadores e colonos europeus” (Guimarães, 1999, p. 86).

No campo da medicina social, o historiador Marinho (2008) destaca a vinculação dessas práticas às concepções higienistas e eugênicas, representando uma institucionalização do paradigma na própria medicina, especialmente na psiquiatria. O saber médico se tornou um instrumento de modernização do “corpo” social, influenciado pelo pensamento escravocrata e pelas teorias pseudocientíficas do branqueamento, chamadas teorias da degeneração. O criminólogo Cesare Lombroso teve no Brasil um de seus principais expoentes, Nina Rodrigues (1862–1906), médico legista e psiquiatra, que usou a ciência para legitimar o pensamento etnocêntrico de hierarquização das raças e da eugenia, associando as pessoas negras, indígenas e mestiças à criminalidade potencial. Em sua obra *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal*, Rodrigues (1894) estudou a propensão à criminalidade dessas raças, justificando-a pela sua inferioridade moral e civilizatória. Toda essa construção perversa de periculosidade racial ajudou a criar um grande contingente de pessoas destinadas a ter seus corpos invadidos, perseguidos, torturados e mortos pelas forças do Estado.

Nessa perspectiva, o psicanalista Jurandir Freire Costa, a partir dos registros da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), constata a propagação de discursos supremacistas na formação da ciência psiquiátrica brasileira, evidenciando como as políticas de saúde mental — especialmente aquelas voltadas para o cuidado de pessoas que consomem álcool e outras drogas — foram estruturadas a partir de uma lógica de exclusão e segregação dos negros nos espaços urbanos (Costa, 2011). Desde o estabelecimento de Hospitais Psiquiátricos até práticas violentas, como a castração de homens negros para evitar a procriação, essas ações refletiam o pressuposto de uma raça brasileira pura, idealizada à imagem e semelhança do homem europeu considerado civilizado.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, encontramos uma publicação médica que traz outros exemplos dessas incursões nas áreas jurídica, policial e moral. Pernambuco Filho e Aduino Botelho — médicos do Sanatório Botafogo e professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, considerados especialistas da época — publicaram, em 1924, a obra mais importante do período sobre o tema, intitulada *Vícios Sociais e Elegantes*. As abordagens desses dois autores não se baseavam apenas na medicina, mas tinham o objetivo de contribuir para a instituição de leis mais



severas contra o uso e comércio de certas substâncias, associadas a determinadas camadas sociais da época. Pernambuco e Botelho (1924) atestavam que a solução para a dependência química só seria possível com uma legislação jurídico-criminal severa. Como consequência, as legislações e a condução das políticas públicas subsequentes seguiram a mesma orientação de criminalização de pretos e mestiços, herança das teorias eugênicas que associavam essas raças a uma moral degenerada, em contraste com a pureza e bons costumes da branquitude. Trata-se de racializar possíveis “vagabundos e baderneiros” somados aos atuais estigmas de “drogado”, “maconheiro” ou “nóia” que marcam a pele preta e parda.

Somando-se a isso, novas configurações institucionais e novas formas de apropriação corporal e sentidos incorporais também se apresentam na atualidade. Para Hardt (2000), o que antes se realizava nos espaços limitados das instituições ultrapassou estes limites incorporando algumas práticas e inventando outras, dilatando-se por todo o campo social. Essas práticas alinham-se com o que Deleuze (1992) chama de sociedades de controle, as quais instauram uma lógica biopolítica capilarizada. Tais sociedades não se sustentam apenas pelo confinamento, mas também sequestram a vida do indivíduo e das coletividades a que ele pertence. Trata-se de controles implícitos da vida que dizem respeito, sobretudo, à relação humana com o tempo e o espaço de existência (Amorim e Dimenstein, 2009). Nessa dinâmica, a sociedade aperfeiçoou técnicas de controle sutis que operam de forma quase invisível, especialmente nas redes de comunicação, publicidade e mídias, em meio a uma hiperconectividade avassaladora.

Nesta direção, Pélbart (2015) argumenta que o poder tomou de assalto a vida cotidiana, penetrando em todas as esferas da existência, desde o corpo e a afetividade até o psiquismo, a imaginação e a criatividade. Temos aqui uma equação complexa que trava aproximações perversas entre as heranças do colonialismo, do racismo, do patriarcado e do capitalismo, e se mantém viva no campo das drogas, ampliando e perpetuando as relações de dominação. Destacamos que o cenário das drogas, também se apresenta a partir do controle e da regulação dos corpos, do espaço urbano e das moralidades. Isso nos leva a refletir que o consumo das substâncias deve ser percebido a partir da conjuntura sociocultural em que o dito “problema das drogas” se apresenta como sintoma de um conjunto mais complexo e profundo de especificidades históricas, sociais, culturais, políticas, jurídicas e econômicas como demonstrado na parte introdutória deste trabalho.

Seguindo esta discussão, de forma geral, as pessoas que frequentam os serviços de saúde mental para álcool e outras drogas da RAPS são vítimas do não reconhecimento de seus direitos, juntamente com o descrédito em suas próprias histó-



rias de vida marcadas pelos “problemas das drogas”. Além disso, observamos que os prejuízos e as precariedades vividas por essas pessoas não resultam apenas do consumo de drogas (este parece ser o sintoma, aquilo que é visível), mas também, e sobretudo, são produtos de uma sociedade colonialista e racista, cujos controles incidem sobre seus corpos. No entanto, podemos também observar que é no próprio cotidiano que essas pessoas vivem outras formas de produção de sociabilidades, que podem ser articuladas ao território, guardando algo da ordem de um imprevisto ou de um imprevisto na construção de modos singulares de sobrevivência na vida, e que não se resumem aos efeitos dos dispositivos coloniais-racistas. Ou seja, no cotidiano, as pessoas produzem vida nas frestas da colonialidade e do racismo, podendo produzir resistências contracoloniais e antirracistas.

Para então “perceber no inferno o que não é inferno”, como nos convidou Ítalo Calvino (1990), é importante compreender que é no cotidiano que acontecem as práticas do homem comum, havendo a todo instante uma reapropriação dos lugares e dos objetos, pois é quando os sujeitos exercem tais práticas que ocorre uma reinvenção dos próprios sujeitos, lugares e objetos (Certeau, 1998).

Falamos aqui do cotidiano que, para Certeau, Giard e Mayol (1996), é aquilo que nos é dado a cada dia, ou mesmo o que nos cabe em partilha, que nos pressiona dia após dia. O cotidiano nos prende intimamente, a partir do interior, sendo uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada e muitas vezes velada. Ou seja, com o cotidiano, é que podemos pensar em um conjunto de práticas que possibilitam às pessoas comuns outros modos de vida para além das tecnologias do poder presentes nos espaços urbanos.

Entre essas práticas, nos interessamos pelas táticas que este autor nomeia. Para Certeau (1998), tais práticas se constituem em maneiras de fazer que produzem “vitórias do fraco sobre o forte” a partir de pequenos sucessos. Tal conceito de tática se aproxima do que Ferraço *et al.* (2018) postulam como modalidades de ação que utilizam referências de um “lugar” próprio, desorganizando e reorganizando tais lugares e transformando-os em espaços praticados. Dessa forma, as análises não ocorrem a partir das grandes revoluções ou dos movimentos macropolíticos, mas dos desvios, dos dribles e dos jogos, ou seja, das formas com as quais os excluídos interagem diariamente com a cultura dominante. O cotidiano nos pressiona constantemente, nos oprime, mas o que importa é aquilo que está invisível para os olhares desatentos, ou seja, o homem comum, que consegue resistir à ordem dominante por meio da criatividade e inventividade, percebendo as microrresistências que se fundamentam em microliberdades (Certeau, Giard, Mayol, 1996). Assim, a ordem e as normas criadas nesses espaços próprios e impostas aos praticantes da cultura são



subvertidas pelos desvios produzidos pelas táticas.

Portanto, tais táticas acabam sendo imprescindíveis neste campo atravessado pelas drogas, pois diante do modelo de guerra não apenas a substâncias, mas a grupos específicos, parte-se da premissa de uma nocividade intrínseca de determinadas substâncias e a busca incessante pela eliminação dessas drogas e do seu consumo a partir da criminalização e da perseguição policial e/ou militar dos considerados traficantes (Fiore, 2012). Como demonstramos acima, isso vem se constituindo até os dias atuais a partir de um conjunto extenso de práticas, discursos, leis e normas, que alinhadas a uma pressão moralista, servem de substrato para elaboração de diretrizes legais compostas por preconceitos étnicos e ideológicos.

3 AS SUBVERSÕES DAS “MÁQUINAS DE GUERRA”

Ao longo da pesquisa, foi possível acompanhar as ações dos sujeitos que transformaram, cotidianamente, os lugares definidos institucionalmente ou os lugares esquecidos do território em espaços subjetivos. Tratou-se de uma noção de abertura para os movimentos de criatividade e inventividade produzidos pelos indivíduos a partir do confronto com os códigos sociais vigentes, construindo rupturas nos territórios. Tais situações etnografadas junto aos participantes nos permitiram refletir a partir da ideia de “máquinas de guerra”, de Deleuze e Guattari (1996; 1997).

A “máquina de guerra” opera provocando resistências às universalizações impostas pelo Estado, por meio das possibilidades de criação de linhas de fuga inventivas que permitem a fabulação de outros mundos (Costa, 2018). Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1996; 1997) afirmam a importância inicial de refletir sobre a constituição de poderes concentrados e totalizantes, bem como os mecanismos coletivos formados e impostos que caracterizam o aparato estatal. Para esses autores, tal maquinário estatal é um fenômeno de intraconsistência, operando por estratificação, que forma um conjunto vertical e hierarquizado, no qual as relações sociais, culturais, econômicas e afetivas são cada vez mais controladas ou inibidas. Nesse movimento, o Estado só pode reunir aquilo que isola por subordinação. Ao fazer isso, esse aparelho de captura sobrecodifica, territorializa, combate ou totaliza as potências dissipantes diante de seus fluxos, impedindo sua multiplicidade (Lemões, 2019). Como função, o Estado opera para sedentarizar a força, regrando o movimento, homogeneizando as expressões das subjetividades, fazendo com que haja um triunfo sobre as possibilidades de “nomadismo de corpo”.

No entanto, como fenômeno indissociável desse processo de controle, existe a indisciplina e o questionamento da hierarquia, que correspondem às forças que



contrariam e, muitas vezes, neutralizam essa captura estatal. Lá onde há qualquer motim com uma formação de bando, ou onde houver movimentos de fuga, uma “máquina de guerra” é formada, criando uma zona de potência subversiva, na qual os poderes ordenadores podem até converter fluxos, mas jamais controlá-los e determiná-los (Lemões, 2019). Em termos foucaultianos, onde há poder, há resistência (Foucault, 2006). Apostamos, com Foucault, nas relações de poder como relações de forças moventes e na ideia de que existem “práticas de resistência” nas montagens dessas “máquinas de guerra”. Nessa linha, Foucault afirmou:

O que eu quero analisar são práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que se lhes são propostas. Eu acredito solidamente na liberdade humana. (2003, p. 693).

Complementando essa perspectiva, Foucault também destaca que as relações de poder

suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há a possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. (2006, p. 232)

Assim, uma “máquina de guerra” seria um paradigma político, sociocultural e epistemológico que se coloca na exterioridade de todas as formas do Estado e se esboça como resistência. Se o maquinário estatal territorializa, ordena e cristaliza lugares, funções e pensamentos, constituindo-se em violência e posse, a “máquina de guerra” configura multiplicidades e efemeridades, colocando a potência em movimento (Firmo, 2016).

Logo, diante de um Estado que retrocede, violando conquistas sociais fundamentais à dignidade e à equidade de raça, gênero e classe, e, por sua vez, diante das narrativas escutadas e das cenas acompanhadas ao longo dessa pesquisa, realizamos uma travessia micropolítica nos grupos que, mesmo diante do consumo de drogas, conseguiram compor, a partir dos encontros no cotidiano vivido, forças instituintes — “máquinas de guerra” — produzindo pequenas fissuras nas relações experienciadas no cotidiano.

A seguir, traremos nosso percurso metodológico e, em seguida, dialogaremos em torno das táticas que expressaram uma oposição às vias institucionais, que repre-



sentam o aparato proibicionista no país, e se capilarizaram localmente nos territórios pesquisados.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: DOS ENCONTROS NA CIDADE

Dentre as abordagens qualitativas, escolhemos nesta travessia a etnografia como possibilidade de compor uma relação íntima e, ao mesmo tempo, cambiante com o campo escolhido. Se, para Geertz (1989), fazer etnografia se relaciona com a construção de um manuscrito “estranho”, que possui incoerências e exemplos transitórios, nos coube sistematizar as informações coletadas e construídas junto aos interlocutores, entendendo haver uma multiplicidade de encontros a partir de uma diversidade de pessoas que constroem as convivências diante dos saberes locais, dos fluxos e dos contextos envolvidos (Agier, 2011). Assim, o ponto de vista aqui construído foi o da relação entre o ponto de vista do pesquisador e do interlocutor participante, já que a experiência da pesquisa, a partir da etnografia, vem justamente dessa relação e dessa combinação.

Diante dessa construção, não reduzimos a etnografia a uma técnica, mas, pelo contrário, nos servimos de várias destas, na composição de uma especificidade do pesquisar (Magnani, 2002). Nos aproximando de Uriarte (2013), dividimos o método em estágios / fases, partindo de um estudo profundo sobre o tema e sobre a população específica que pela qual se teve interesse. A segunda fase se caracterizou pelo tempo circulando e experienciando as relações entre aqueles possíveis interlocutores da pesquisa. Essa fase, que comumente conhecemos como “trabalho de campo”, se caracterizou como uma atividade construtiva, pois não é o campo que forneceu as informações (dados de pesquisa), mas foi no campo que algo mais complexo aconteceu, como a construção e transformação destas informações. Nesse sentido, diante de uma observação detalhada e participativa, os elementos que serviram de interesse à pesquisa foram construídos de forma dialógica, partindo do estabelecimento das relações e compondo a própria experiência do pesquisar. E uma terceira fase foi a escrita, que se constitui a partir de uma transformação dessas experiências que perpassaram a nossa fala e também as das pessoas que estavam participando, compondo uma relação a partir de múltiplas vozes.

Ainda destacamos que a escolha da etnografia é inspirada em um número expressivo de trabalhos já realizados sobre o tema das drogas no Brasil, considerando seus usos, consumos e prejuízos, diante de estigmas e preconceitos relacionados ao uso de drogas (Adorno et al., 2013; Malheiros, 2018; Rui, 2012; Raupp, 2011). Nesta direção, ressaltamos a importância de uma perspectiva contemporânea deste método, no sentido de resgatar “um olhar de perto e de dentro”, capaz de identificar e refletir



a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, de como estes transitam na cidade (Magnani, 2002. p. 17).

Em um texto intitulado *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*, Guilherme Magnani (2002) diz que uma etnografia se define como uma forma de acompanhar os indivíduos em seus trajetos habituais, revelando um mapa de deslocamentos em contextos variados que os participantes acessam em suas vidas. Neste aspecto, Magnani expressa que o que se propõe é um olhar “a partir dos arranjos dos próprios atores sociais”, ou seja,

das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. (Magnani, 2002, p. 18).

Assim, a escolha da etnografia foi feita com a intenção de construir, mediante a experiência de trabalho, a compreensão de como se compõem as relações dos participantes, seja com as drogas e consigo mesmo, com os serviços que frequentam ou com as pessoas ao redor, e como isso pode produzir experimentações e construções de outros lugares no mundo nos cenários vivenciados. Apostamos nos encontros na cidade, na construção complexa dos trajetos (caminhadas), que acabaram por formar uma posição crítica em relação ao próprio universo pesquisado (junto aos participantes), alterando também nosso próprio lugar de pesquisador.

Como elemento essencial na pesquisa, utilizamos o diário de campo como possibilidade de produzir uma espécie de “alinhavado” da memória diante dos acontecimentos cotidianos. Aqui, os diários foram considerados mais do que um instrumento de coleta de dados: ganharam a condição de atores, tais como outros que surgiram ao longo do estudo, incluindo o próprio pesquisador e os participantes (Medrado et al., 2014). Ainda com essa perspectiva do diário atuante, foi com ele e nele que a pesquisa começou a ter certa fluidez, na medida em que fomos avançando no campo, construindo relatos, impressões e dúvidas, que nos autorizaram a romper com os binarismos sujeito-objeto. Nesse sentido, o diário também foi um ator/atuante, fundindo palavras e coisas à medida que as acolhia em suas páginas (Medrado et al., 2014).

Ainda, para compor a escrita na pesquisa, foram também utilizadas entrevistas em profundidade, que se constituíram em encontros traduzidos como reinvenções de situações-evento, por serem compostos por compartilhamentos de tramas da vida cotidiana desprovidos de uma dimensão normativa, prescritiva e valorativa. Tais entrevistas se aproximaram daquilo que Ferreira (2014) concebe como algo diferente de uma técnica neutra, estandardizada e impessoal de recolhimento de infor-



mações. Aqui, a entrevista situou-se na composição (social e discursiva) de duas ou mais vozes, em diálogo recíproco a partir das posições que elas ocuparam na situação específica de entrevista (Ferreira, 2014). Isso construiu um campo de possibilidades de improvisação substancialmente alargado, quer nas questões levantadas, quer nas respostas dadas.

4.1 Cenários de pesquisa

A experiência dos encontros com as pessoas que consomem drogas foi proposta com base na construção de lugares de estranhamento do que comumente se conhece em relação a essas pessoas. Assumimos uma ética em todo trajeto do estudo que foi se compondo a partir dos desejos, das revoltas e das angústias que os cenários de pesquisa proporcionaram.

Percorremos cenas cotidianas passando por resistências na própria urbe, diante de vidas que insistem em permanecer vivas, mesmo atravessando o perverso cenário de guerra às drogas, de suas violências atreladas e de seus consumos exacerbados. Construímos os trajetos no ato de pesquisar com a intenção de produzir irrupções de lugares que supostamente são protegidos no conhecimento acadêmico, numa tentativa de sair do entorpecimento de verdades universais para construir alternativas no próprio fazer da pesquisa. Foi necessário assumir, dessa forma, uma posição ética de enfrentamento a esta guerra proibicionista declarada.

Um dos locais da pesquisa situou-se em um território onde, há mais de uma década, foi instalado um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD III) voltado para pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Desde sua fundação, é o único serviço municipal de referência ao atendimento de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, com caráter territorial.

Em virtude da demanda crescente e das necessidades específicas do próprio atendimento, após a sua fundação, o CAPS AD III passou a funcionar 24 horas, com 10 leitos de observação para intoxicações leves e moderadas (7 leitos masculinos e 3 leitos femininos). Além dessa instituição, outros cenários de pesquisa também se fizeram presentes ao longo do percurso. Referimo-nos aqui ao entorno do próprio território, com suas ruas, praças e becos, que também foram imprescindíveis para a continuidade do estudo e para a possibilidade de encontros com os possíveis participantes.

Este bairro onde estava instalado nesse período o CAPS AD III ficou conhecido a partir de sua dupla nomeação: Paraíso/Amizade⁴. É um território composto por um

4 Nomes fictícios para o bairro de uma capital nordestina em que realizamos a pesquisa.



crescimento acelerado e improvisado, e que as estatísticas demonstram ser um dos territórios mais perigosos da capital, com intenso tráfico de drogas, segundo as reportagens e os relatórios dos mapas de violência da secretaria estadual de segurança pública (Koury & Barbosa, 2015).

Barbosa (2015) trouxe em seus estudos uma lógica societária hierarquizante e excludente como elemento central na cultura que gira em torno dos bairros populares da cidade. Nesse aspecto, a dupla nomeação do bairro, entre o oficial Paraíso e o oficioso Amizade, demonstrou o impacto das disputas morais em torno do processo de moralização e modernização do espaço urbano, bem como refletiu o estigma, a vergonha cotidiana e os medos corriqueiros de uma identidade ambígua e ambivalente. Autores como Koury e Barbosa (2015) reforçam a relação de ódio e amor ao bairro, como o lugar de pertença, mas também como um lugar de envergonhamento. O fato de morar no Paraíso/Amizade traz consigo a imagem de residir em um bairro violento e de indivíduos que se matam por qualquer coisa.

Destacamos que, ao longo da pesquisa, acompanhamos vários grupos de pessoas que frequentavam este serviço em diversas caminhadas, tanto no bairro quanto em outros espaços da cidade. Foram atividades do cotidiano, que possibilitaram outras formas de ocupação dos espaços, as quais fomos convidados, enquanto pesquisadores, a acompanhar. Tais travessias serão problematizadas a partir de algumas experiências relatadas a seguir.

Figura 1 - Rua que faz fronteira com o CAPS AD III



Fonte: diário de campo, agosto de 2021.

Todos os registros foram feitos mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como também do termo de autorização para gravação de voz e/ou registro de imagens (fotos e/ou vídeos). A pesquisa foi realizada conforme os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos, preconizados pela Resolução n.º 466/2012 e pela Resolução n.º 510/2016, sendo aprovada através do parecer N: 5.388.829, CAAE 56839622.4.0000.5537, do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Portanto, tendo descrito a metodologia, relataremos a seguir algumas destas experiências etnografadas a partir de encontros em campo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de entrar em campo, foi importante estabelecer um contato prévio e informal com a gestão do CAPS AD III e com os profissionais que atuavam naquele local. A partir desses contatos iniciais, obtivemos a permissão para a realização da pesquisa, por meio de diálogos e explanação dos objetivos gerais do estudo junto à coordenação e aos integrantes da equipe técnica, em microrreuniões no próprio serviço. Após essas pactuações, nossas idas ao campo ocorreram de duas a três vezes por semana, entre os meses de julho de 2021 e janeiro de 2023. Geralmente, essa permanência no campo durava um turno do dia, podendo ser pela manhã ou à tarde, mas, em outras ocasiões, se estendia durante o dia inteiro, dependendo das atividades que eram possíveis de acompanhar.

Como não tínhamos a intenção de fazer uma etnografia institucional, propusemos um estudo que se localizou entre o dentro e o fora da instituição escolhida. Buscávamos algo que se ocupasse das bordas institucionais e que atravessasse as ruas e praças do bairro, produzindo múltiplas relações. Foi com essas imersões e a partir dos encontros que aconteciam com a presença do pesquisador nos cenários que foi possível adotar três caminhos na composição dessas experiências, os quais surgiram como três tempos da pesquisa: as “andarilhagens etnográficas”, as “conversas de pé de muro” e as “conversas de pé de chinelo”, que foram modos de estar no território, construídos pelas brisas que surgiam na atmosfera silenciosa e, em outras ocasiões, ruidosa, das pessoas que frequentavam o serviço, mas que vivificam outros tantos modos de estar no mundo. Para o presente recorte dessa experiência, nos detemos mais detalhadamente nas “andarilhagens etnográficas” e nas “conversas de pé de chinelo”, com a intenção de dialogar em torno dos objetivos do estudo.



5.1 Entre idas e vindas: as “andarilhagens” e as “máquinas de guerra” no cotidiano

As “andarilhagens etnográficas” foram um tempo construído na pesquisa, que surgiu com a disponibilidade e o convite por parte da equipe técnica — mais especificamente, de uma profissional dessa equipe — para acompanharmos algumas atividades externas (extra CAPS) que estavam acontecendo ao longo da semana. Foram ocasiões de intensa circulação pelos territórios, que produziram andanças fora dos limites institucionais. Dois movimentos foram feitos: em algumas situações, levávamos os “lambes⁵” produzidos pelos próprios frequentadores para colar nas ruas do bairro. Em outros momentos, as atividades eram pré-programadas, consistindo em um circular pela cidade e/ou participação em eventos específicos, alterando, na maioria das vezes, as relações que os frequentadores do CAPS AD III mantinham com os cenários urbanos e com as instituições.

Figura 2 - Travessias andarilhas nos territórios



Fonte: diário de campo, setembro de 2021.

5 O lambe-lambe é uma forma de arte urbana que envolve a colagem de cartazes e pôsteres em espaços públicos, como muros e postes, com o intuito de divulgar ideias, poemas, ilustrações e manifestações culturais. Essa prática cria um diálogo visual com a cidade, sendo uma forma de arte acessível e de resistência que se conecta diretamente com o público e reflete questões sociais e culturais.

Em várias situações, por exemplo, no próprio bairro, muitos participantes assumiram o papel de guias pelas ruas e pelos lugares que estávamos percorrendo. De praças públicas a becos e ruelas desabitadas, campos de terra batida e terrenos baldios, as falas dos participantes se misturaram tanto às experiências de uso de drogas nesses locais quanto a outras memórias que eram acessadas e narradas naquele peripatetismo contínuo. Aqui evocamos Antônio Lancetti, diante da inovação do que se conhece como clínica em movimento, ou clínica peripatética (Lancetti, 2009). Ou seja, algo possível de ser praticado fora dos muros institucionais e convencionais, investindo força nas possibilidades de conexão com outros fluxos da cidade e da cultura.

Diante dessa realidade complexa e pensando na sua constituição como um fluxo de devires, tive a oportunidade de acompanhar, em uma dessas “andarilhagens”, várias “máquinas de guerra” que produziram encontros de potência e criaram, ao mesmo tempo, algumas possibilidades de experimentações. Em abril de 2022, ocorreu a IV Conferência Municipal de Saúde Mental do Município, tendo como tema A Política de Saúde Mental como Direito: Pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS. Nesta ocasião, além de acompanhar as “andarilhagens” dos frequentadores (muitos destes, participantes da pesquisa) do CAPS AD III (alguns estavam ali como delegados na composição dos eixos de trabalho), fomos convidados para facilitar um desses eixos temáticos.

Entre os participantes, um grupo musical que envolve também atuações teatrais do CAPS AD III foi responsável pela abertura cultural da conferência, trazendo, por meio de uma intervenção no palco, os agravos e as consequências de um modelo manicomial de internamento, de assujeitamento dos corpos e da medicalização da vida.

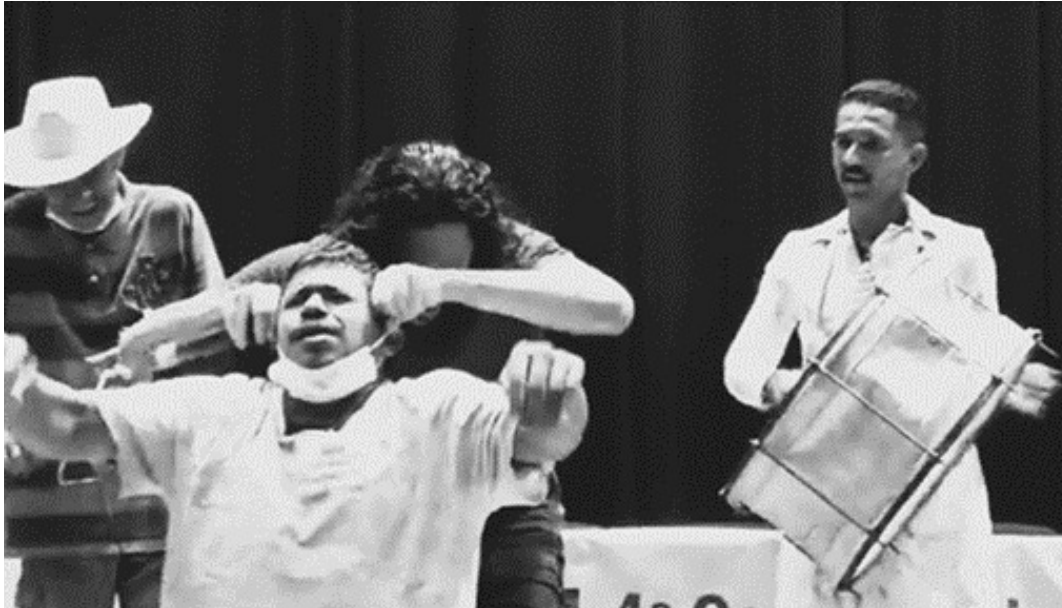
O tema apresentado estava relacionado à crítica ao retorno dos manicômios, aos retrocessos na política de saúde mental vividos em âmbito nacional e ao sucateamento da própria Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município naquele momento. Ou seja, a intervenção produziu linhas de visibilidade dos inúmeros desmontes dos serviços de cuidado na própria RAPS municipal durante a Conferência de Saúde Mental. Aos gritos, muitos ali entoavam os versos que trago logo abaixo:

Isso não é um protesto e sim uma proposta. Eu não sou louco para ficar trancado aqui; eu não sou louco para ficar trancado aqui; Eu não sou louco para ficar trancado aqui. Chame o doutor para ficar no meu lugar; Chame o doutor para ficar no meu lugar. Eu quero ver camaleão; Não quero ver mataleão. Eu quero ver camaleão; Não quero ver mataleão. (Diário de campo, abril de 2022).

Vejamos uma imagem dessa intervenção pública:



Figura 3 - “Isso não é um protesto e sim uma proposta”



Fonte: Diário de campo, abril de 2022

Porém, eu soube, poucos dias depois, que o grupo que participou dessa intervenção foi duramente criticado por muitos que estavam na plateia, com a justificativa de que não era necessário reproduzir cenas manicomiais, pois isso não acrescentaria nada à discussão ao longo da conferência. O que essa crítica representou, na verdade, foi a impossibilidade de refletir, junto àquele grupo de usuários, sobre os processos de cuidado nos cenários da Rede de Atenção Psicossocial local, numa tentativa de silenciamento e apagamento de uma realidade vivida por muitos que ali estavam.

Ressaltamos que grande parte destes participantes eram negros ou pardos, sendo estes pertencentes à periferia e destituídos socialmente. Tais atualizações racializam possíveis vagabundos e baderneiros ligados aos estigmas de “drogado”, “maconheiro” ou “noia” que marcam a pele preta e parda. Neste coletivo se encontrava o Josias (nome fictício), um homem negro que estava em situação de rua há mais de 4 anos. Com baixa escolaridade, sempre ganhou a vida com alguns vínculos temporários empregatícios na construção civil, porém nunca de carteira assinada. Nos encontros que mantivemos com ele, escutamos relatos de sucessivas violências na rua, inclusive no próprio bairro onde estava situado o CAPS AD III. E ainda compondo esse grupo, temos o Mário (nome fictício), homem que se declara negro e que iniciou seu acompanhamento no serviço no ano de 2015. Seu pai foi etilista e faleceu devido às consequências do consumo excessivo de álcool. Mário relata o consumo das drogas aos 17 anos e atualmente consome álcool, tabaco, maconha, crack, ina-

lantes e loló. Desta forma, apesar de discursos diante da experiência de morte, exclusão e violência, a partir de forças sociais repressivas que anulam e invalidam as suas percepções produzindo quase que exclusivamente experiências violentas, Josias e Mario estavam compondo o grupo, construindo resistências, ao invés da passividade e do assujeitamento esperados na participação na Conferência.

Desta forma, trouxemos essa cena-intervenção da primeira noite da Conferência para colocar em relevo as capturas estatais em um espaço dito “democrático”, ou seja, diante do mal-estar que a intervenção causou nos segmentos mais conservadores da gestão pública municipal. Mas foi no dia seguinte, diante de nossa atuação na facilitação dos eixos de discussão, que pudemos experienciar, mais uma vez, a hierarquia que o poder do Estado produziu nesse espaço. Uma ferrenha burocratização e silenciamento de seus participantes, produzindo uma lógica institucionalizada, muito distante de qualquer forma aspirante de controle emancipatório social. Segue o trecho do diário de campo:

Já era metade da tarde, e uma das organizadoras da conferência e que também compõem a gestão municipal entrou rapidamente na sala e começou a exigir que a discussão pudesse ser encerrada. Segundo as suas próprias palavras: “Vocês precisam deixar de moer e terminar logo com isso, porque a prefeitura não vai gastar mais nenhum centavo de aluguel neste lugar”. A presente fala gerou uma revolta generalizada no grupo de trabalho, este composto de muitos frequentadores da Rede de Atenção Psicossocial, incluindo aqueles que frequentam os serviços para álcool e outras drogas. Uma mistura difusa de sentimentos tomou conta do lugar. Estávamos sem acreditar no que ocorria, pois ao invés de se constituir em um espaço de discussão e de elaboração de propostas, aquele lugar acabou por se caracterizar como um lócus de exercício da violência institucional. Eram pessoas chorando, se sentindo ameaçadas e profissionais com receio de perseguições porque ali estavam exercendo seu direito de participação. Vários participantes começaram a relatar que estavam sentindo na pele os efeitos dos maus tratos manicomiais e estavam revivendo outras violências asilares acumuladas diante de internações em hospitais psiquiátricos na cidade (Ênfases adicionadas) (Diário de campo, abril de 2022).

Diante desse cenário, foi impossível a continuidade da discussão do eixo temático que estava sendo conduzida. Tornou-se inevitável o encerramento das atividades naquele momento, fato que visivelmente gerou incômodo junto aos segmentos conservadores que também compunham a organização da conferência. Após essa decisão, o grupo propôs a construção de uma carta-protesto, que foi escrita e lida coletivamente (moção) na plenária final, na qual foi recomendado o cancelamento da conferência diante dos fatos ocorridos.

Esta cena narrada acima remete à presença de algo exterior ao poderio do Estado, apesar de compreender que o aparelhamento desse mesmo Estado se revelou por toda parte, mesmo sendo um espaço de controle social como uma conferência



popular de saúde. Desde a cena-intervenção feita pelos frequentadores do CAPS AD III, que destilou, em alto som de batuques, os versos dos sofrimentos existentes na atualidade e das formas cristalizadas e muitas vezes violentas de assistência, até a interrupção da discussão dos trabalhos do eixo, juntamente com a ideia coletiva de se fazer escutar por meio de uma carta lida na plenária final, nos autorizamos a pensar esses exemplos a partir de outro movimento, em outro espaço construído e difuso à revelia dos protocolos estatais instituídos naquela conferência. Algo insistiu em acontecer e estávamos diante de algumas “máquinas de guerra”.

Figura 4 - IV Conferência Municipal de Saúde Mental: encerramento e leitura da carta-protesto



Fonte: Diário de campo, abril de 2022

Assim, por assumir outro lugar, a “máquina de guerra” não pode ser considerada um microestado, mas sim uma outra maquinação que funciona a partir de uma lógica distinta. Caracteriza-se por movimentos de escape em relação ao aparelho de captura, expressos em diversos âmbitos, como, neste caso, no âmbito de uma conferência de saúde, na rua ou nos muros próximos às beiras institucionais. A “máquina de guerra” responde mais a uma lógica do devir do que a uma lógica do ser, podendo se configurar como um rizoma, um bando, uma malta ou mesmo um sujeito nômade. Trata-se aqui de algo que fica à margem do Estado, exterior e à deriva de suas fronteiras, em um processo de desterritorialização, como demonstrado no trecho escrito e posteriormente lido coletivamente no final da conferência.

Nada sobre nós, sem nós!! Abaixo o silenciamento!! Usuários, trabalhadores e gestores de saúde merecem respeito e ter a sua saúde mental assegurada, sobretudo numa conferência que discute tal temática. (trecho da carta escrita coletivamente na IV Conferência Municipal de Saúde Mental. Diário de campo, abril de 2022).

Para Hur (2012), a forma de pensamento do Estado, que foi incorporada aqui pela truculência da solicitação de silenciamento de várias vozes na discussão do eixo temático, ou pelo incômodo de boa parte dos gestores municipais na plateia ao assistir às cenas de horror dramatizadas pelos participantes da pesquisa na abertura da conferência, encarna a hierarquia diante de uma estrutura rígida e imóvel de controle dos grupos sociais. São características de um modo de pensar e agir reforçado pelas instituições e que se materializam diariamente nas cenas de cuidado no campo da assistência às pessoas que consomem drogas.

São modos de fazer que se tornam naturais ao sujeito, tomados como pressupostos, sem o exercício de uma suspeição sobre esse pensamento, pois este já se constitui enquanto uma forma universalizante, hierárquica e natural. Desta maneira, não basta afirmar que as possíveis construções que se aproximam do conceito de “máquina de guerra” são exteriores ao aparelho estatal; é preciso pensar tais “máquinas” como uma pura forma de exterioridade (Deleuze e Guattari, 1997). Por isso, a urgência de saídas que ultrapassem a imagem dogmática do pensamento dualista, que envolve a premissa de que usar drogas e/ou estar no meio delas sempre envolve um prejuízo ou coloca os sujeitos sempre em estado passivo de entorpecimento.

Portanto, essa cena-intervenção ocorrida na Conferência talvez nos permita levar o próprio pensamento a limites fronteiriços, impulsionando-nos diante da aposta de uma vida de experiências e de liberdades na composição de outros lugares no mundo. Nesse sentido, colocar em questão as práticas que maltratam e visam extinguir as alteridades do outro – no caso, aqueles que consomem drogas – é produzir fissuras nas lógicas hegemônicas em um país colonial que ainda usa as políticas sobre drogas para subjugar o outro, que traz em seus desejos as dissidências nas próprias formas de viver.

5.2 Diante das contingências no campo, entram em cena as “conversas de pé de chinelo”

Ainda compondo alternativas para a inserção em campo, em maio de 2022, o cenário que se constituía entre o CAPS AD III e o território até então construído nas idas a campo, e aonde nos dirigíamos semanalmente, se modificou devido ao



fechamento deste serviço. Tal situação deveu-se à precariedade estrutural do prédio onde o CAPS funcionava, juntamente com a falta de manutenção da infraestrutura do imóvel. Destacamos que essa precariedade no serviço já era escutada nas narrativas dos participantes da pesquisa e, além disso, percebemos, no decorrer de nossa frequência em campo, que se tratava de estruturas deficitárias, com baixas possibilidades de oferecer um cuidado terapêutico. As estruturas deficitárias não resistiram a um temporal na cidade. O CAPS ruiu.

Figura 5 - Escombros do CAPS AD III



Fonte: diário de campo, maio de 2022.

Então, diante desse fechamento e do desaparecimento de muitos que ali frequentavam, acionamos outras redes de contato e outros(as) possíveis participantes para que a pesquisa continuasse. Portanto, entra em cena um outro tempo da montagem metodológica diante da contingência que o campo apresentou, agora tomado pelos escombros. Nas “conversas de pé de chinelo”, utilizamos entrevistas abertas, em profundidade, com a possibilidade de produzir narrativas diante das histórias de vida. Foi um trabalho muito singular, que obedeceu a um outro tempo, definitivamente, um tempo do outro, daqueles que gentilmente aceitaram fazer parte desse momento.

Ao todo, cinco pessoas usuárias do CAPS AD III participaram das entrevistas

em profundidade, que se constituíram em momentos abertos e participativos, sem necessariamente seguir um roteiro preparado. Nesse aspecto, a cada entrevista, houve uma inscrição em um local específico, compondo a própria relação que estávamos mantendo em campo com os participantes naquele momento. Tais encontros aconteceram nas imediações do CAPS, na própria casa dos participantes, em um serviço 24h para sofrimento psíquico grave e persistente (CAPS tipo III), e em uma policlínica municipal da cidade, onde o serviço do CAPS AD estava funcionando de maneira improvisada. Ou seja, cada entrevista aconteceu onde o próprio participante se encontrava, e, nesse aspecto, foram outros cenários e locais que acabamos percorrendo, em virtude desses encontros. Utilizamos gravadores e captações de imagens via celular, com o auxílio de um profissional do CAPS AD III, que em alguns momentos nos acompanhou.

A maneira de escolha, além de seguir os critérios mais formais de uma pesquisa acadêmica, como ser maior de 18 anos e estar frequentando o CAPS AD III por um período mínimo de 6 meses, se efetuou principalmente a partir de vínculos de aproximação oriundos do nosso trabalho em anos anteriores, enquanto profissional de Saúde Mental do próprio município. Portanto, as entrevistas em profundidade ocorreram mediante a disponibilidade dos participantes, em cenários do cotidiano frequentados por cada interlocutor, se constituindo em múltiplas parcerias nessa travessia.

Neste aspecto, apresentaremos brevemente estas pessoas que fomos encontrando nesses trajetos. Tais informações foram construídas nos três tempos da pesquisa e algumas destas características foram recolhidas nos documentos e prontuários⁶ do CAPS AD III.

- Silmara – mulher cis que se declarou parda, natural de Aracaju, município de Sergipe. Diz que veio para João Pessoa na tentativa de fugir das drogas. Já morou em vários estados do Brasil e já esteve em situação de rua. Tem um histórico de tentativas de suicídio e de consumo de múltiplas drogas. Relata que já teve muitas perdas familiares e que já foi internada algumas vezes em hospitais psiquiátricos de Aracaju. Afirma que já viveu no submundo, mas que atualmente não consome mais crack, porém tem uma dependência de psicotrópicos. Afirma gostar de viver aventuras e estar perto de pessoas inteligentes.

6 Em relação à pesquisa nos arquivos do CAPS, deparamo-nos com prontuários desatualizados, fichas de atendimentos rasuradas, informações incompletas, projetos terapêuticos inexistentes e lacunas gigantescas em relação aos registros sobre a história de vida dessas pessoas. Inclusive, alguns parceiros da pesquisa, que infelizmente vieram a óbito, ou então foram transferidos para outros serviços, tiveram seus prontuários acondicionados em um outro lugar (em um setor público, com uma extensa burocracia, a que não tivemos acesso), inviabilizando a possibilidade de (re)construir algumas pistas das trajetórias desses parceiros no serviço ou em outros lugares que porventura foram acessados.



- Edson – homem que se declarou pardo. Frequentador antigo do serviço, sua entrada foi em 2010. Já foi morador de rua, consumidor de múltiplas drogas (álcool, tabaco, psicotrópicos, cocaína, inalantes), e no momento só faz uso de maconha “para distrair”. Natural do Rio de Janeiro, reside no mesmo bairro do CAPS AD III. É aposentado, foi da guarda municipal da cidade e diz que iniciou seu consumo de álcool aos 14 anos. Tem histórico de vários internamentos em hospitais psiquiátricos na cidade. Possui um canal no YouTube e gosta de atividades artísticas como forma de expressão.

- Zé Cantor – homem que se declarou pardo. Frequentava o CAPS AD III praticamente desde sua inauguração, ou seja, iniciou o acompanhamento em 2010. Foi internado em alguns hospitais psiquiátricos da cidade. Reside no mesmo bairro do CAPS e, ao chegar ao serviço após uma destas internações, afirmou que o uso de álcool o fez ter inúmeras perdas materiais e afetivas. Afirma também que seu problema não é só álcool e tabaco, mas são questões de nervosismo mesmo. Natural de Itaituba, Minas Gerais, chega à Paraíba em meados da década de 1980. Diz gostar de fazer amizades, porém se apresenta como uma pessoa tímida, de pouca conversa, como o próprio afirma.

Foi em uma dessas “conversas de pé de chinelo” que Silmara (nome fictício) nos contou sobre seu internamento em uma instituição para dependência química (comunidade terapêutica), trazendo à tona seu caráter policialesco diante das práticas moralistas de assistência à saúde como modelo de operacionalização diária.

Figura 6 - “Conversas de pé de chinelo”



Fonte: diário de campo, janeiro de 2023.

Sendo submetida a um internamento, a entrevistada nos revelou algo de sua inventividade, que produziu outras formas de estabelecer relações com o lugar definido institucionalmente:

Fiquei vários meses em uma clínica de internamento só para mulheres. Tinha suas regras, normas e horários rígidos. Mas a gente inventou algo. A gente fez assim um desfile; organizamos dentro da instituição esse desfile: do lixo pro luxo. Aí a gente pegou peças, peças assim que você olha e diz: não serve pra isso. Aí a gente pegou umas peças que a gente achava que não prestava e transformou em peças de luxo: colocamos pétalas, colocamos flores, rendas, brilho, então saiu esse desfile de moda dentro do próprio internamento, pois era um centro de recuperação e o dono era militar. Apesar da instituição, fizemos algo além da própria instituição, apesar de ser dentro dela, né? Teve a miss primavera, teve a miss também... deixa eu ver... a miss dourada... e, por último, a noiva dourada, que foi eu que desfilei (risos)! Fechei o desfile com a noiva dourada. Foi maravilhoso os temas, tudo teve um significado. Foi bonito! E aquilo ali, menino, me deu uma emoção! E depois que eu vi que aquele trabalho saiu perfeito. Nossa! Foi uma sensação de prazer e alívio que eu senti, que eu consegui algo que eu queria, saiu perfeito! (Depoimento de Silmara - diário de campo, janeiro de 2023; grifos nossos).

Silmara nos aponta outras possibilidades, mesmo diante da existência de uma ordenação sociopolítica com a capacidade de capturar, orientar, determinar, controlar e assegurar os gestos e as condutas. Tais características presentes nas instituições de internamento para os consumidores de drogas ainda ecoam com bastante vigor na realidade de muitos deles. Mesmo assim, Silmara nos fala de um cotidiano produzido por destinos singulares, dados pelos usos de objetos, ou melhor, pelas anônimas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante (Certeau, 1998).

Com isso, podemos afirmar que os meios populares fazem daquilo que são alvo da “máquina” de governo inúmeros e infinitesimais usos, segundo seus interesses próprios e suas regras (Certeau, 1998). São práticas sociais que inventam o cotidiano e produzem fissuras no próprio sistema, assim como Silmara narra em sua experiência. Portanto, ela nos fala de uma rede de antidisciplina, que, apesar de estar em um circuito de vigilância, como no caso do internamento institucional, ainda encontra meios de fuga, desvios de modo criativo; com uma criatividade dispersa, tática e bricoladora, compondo com os tecidos que encontrou na própria instituição outros modos de proceder e produzir desejos no cotidiano.

Em uma outra “conversa de pé de chinelo”, Edson (nome fictício) nos apresenta um espaço muito conhecido dos moradores do bairro: O Bar do Val (também nome fictício). Tal estabelecimento funciona há bastante tempo e fica nos arredores do CAPS AD III. Lugar que traz a marca da boemia, funcionando de domingo a domingo,



agregando várias pessoas do lugar.

Figura 7 - Rua do Bar do Val



Fonte: diário de campo, janeiro de 2023.

Abaixo, apresento um trecho do diário de campo, que descreve um momento significativo durante a pesquisa. No encontro com Edson, realizado em frente ao CAPS, ele compartilhou suas percepções sobre a interrupção dos serviços no CAPS AD III:

Ao encontrar com Edson naquela manhã em frente ao CAPS, decidimos nós três (eu, o profissional do CAPS que estava me acompanhando e o próprio Edson) onde seria a “conversa de pé de chinelo”. No primeiro momento, decidimos ficar na esquina do antigo CAPS, em pé. Lembrando que este era o primeiro sábado que o CAPS AD III estava interditado, fato que visivelmente estava produzindo algo em Edson. Várias vezes o mesmo se pôs ao pé do muro, olhando para dentro do serviço interditado que estava sujo e abandonado. Iniciamos a entrevista ali e, logo em seguida, andamos uns dois quarteirões a convite do Edson em direção ao bar do Val. Neste momento o bar estava cheio, porém observei que grande parte das pessoas que ali estavam não ingeria bebida alcoólica ou qualquer outra substância. Fiquei inicialmente intrigado com essa cena, pois era por volta das 10h30, em um sábado pela manhã, horário que comumente (pelo menos pensava) as pessoas se dirigiam para estabelecimentos como aquele para ingerir álcool. Porém, as respostas a estas questões iniciais obtive com o próprio Edson. Neste instante, ele afirmou o problema de diabetes e pediu um suco natural de graviola e duas águas de coco, uma para mim e outra para um dos profissionais do Caps que estava me auxiliando na pesquisa. Foi neste lugar que Edson trouxe algumas de suas experiências que contornam outras possibilidades de acesso às amizades. (Diário de campo, abril de 2022).

Além disso, Edson compartilhou, em outro momento, suas impressões sobre o local e as relações que estabelecia no bar, revelando aspectos importantes de sua

vivência cotidiana:

Aqui a rapaziada é boa, conversadora, todo mundo conta sua vida. Tudo guerreiro, muita gente aposentada já, mas têm de tudo aqui. Aí, de vez em quando eu venho pra cá né, apesar de não estar mais bebendo. Aqui é minha associaçãozinha; dá para ficar aqui palestrando para os amigos, trocando umas ideias. Val é uma pessoa boa, me recebe muito bem, me trata bem como eu trato os demais. Você tem que tratar bem pra ser tratado bem também. Sinto isso só aqui. Aqui onde está o pessoal da velha guarda, da jovem guarda (risos). Os guerreiros. “Guerreiro, guerreirooo” (faz alusão a uma música da banda de Reggae Tribo de Jah) Aqui é bom, tem o jogo do bicho ali, um dominó do outro lado. A palestrinha aqui. Um conta uma história e o outro conta outra. E aqui é a **vida da Amizade**.⁷ Gosto de tá nesse meio. (Depoimento de Edson, registrado em diário de campo, em maio de 2022).

Para nós, é imprescindível que a questão em torno das drogas, que se instaurou no final do século XIX, perca força na produção de temores que legitimam o aumento do controle estatal, social e médico sobre a vida, a subjetividade e o corpo das pessoas, alterando o cotidiano e as relações de viver. Fraquejar essas certezas possibilita a construção de outros espaços e a criação de novas sociabilidades e táticas no cotidiano, como Certeau (1998) nos propõe, assim como Edson se refere à rapaziada que frequenta o Bar do Val. Apesar de Edson não fazer mais uso de bebida alcoólica, suas idas ao local apresentam outras propostas, realçando as amizades construídas, as camaradagens formadas e as possibilidades de contar histórias e ser escutado diante dessas narrativas. Não se trata apenas do álcool no bar, mas do próprio bar e das relações que se constroem ali para além do álcool, distanciando-se de leituras simplistas sobre as sociabilidades nesses locais. São outras construções, outras formas de bando e de agrupamento que ultrapassam os controles e as determinações sociais. São potenciais “máquinas de guerra do cotidiano”, que subvertem os poderes ordenadores, inclusive para o próprio Edson, que faz do bar um lugar para além da bebida, ainda que, eventualmente, esta possa voltar a fazer parte das relações ali vividas. O que se coloca fortemente é um território de vida, de sociabilidade, de cuidado mútuo e de existência que se desenha sem que, necessariamente, as drogas tenham centralidade ou uma norma a elas referida.

Dessa forma, destacamos que essas invenções de resistência cotidiana levam o próprio pensar a limites fronteiriços e nos impulsionam a apostar em uma vida de experiências e liberdades, como nos ensina o Bar do Val, assim como Edson e tantos outros que circulam por ali. E isso nos permite indagar: não seria o bar um lugar em que práticas de cuidado da atenção psicossocial poderiam ser operadas?

Em uma outra experiência das “conversas de pé de chinelo”, trazemos o Zé

7 Nome fictício do Bairro.



cantor (nome fictício). Para este, foi a música que se apresentou como tática em seu cotidiano. Essa alternativa artística fez com que pudesse se distanciar de um corpo marcado pelo consumo de drogas, compondo os próprios sonhos e desejos de escutar a sua voz gravada.

Esse CD, rapaz, é, na verdade, porque eu sempre gostei de cantar né? E eu tive a oportunidade na época de conhecer um menino, um DJ. DJ Juninho e ele tinha uma gravadorazinha fundo de quintal e aí a gente foi gravando música uma por uma, e aí a gente teve a ideia de fazer um Cdzinho. A música faz a gente esquecer os problemas né? A gente relaxa ... faz a gente desopilar de tanto sofrimento. Aí a música ajuda a gente a falar as palavras certas, né? Gosto de escutar a minha própria voz, porque, fora a música, eu sou muito tímido, mal converso, não tenho muita coisa para falar, na verdade. Mas, com a música, tudo muda. (depoimento de Zé cantor, narrado ao diário de campo, agosto de 2022).

Zé Cantor, apesar de suas dificuldades, de suas limitações, de seus extensos períodos de consumo de drogas e psicofármacos, e depois de alguns internamentos em hospitais psiquiátricos na cidade, pôde se inscrever no circuito social de uma outra maneira a partir de sua invenção. Ou seja, trouxe a voz como aposta para quem foi muitas vezes silenciado. Tal experiência, situada no cotidiano — que, por sua vez, é tecido pelo homem ordinário, pela “vida infame” — é capaz de produzir sua própria história, incessantemente construída a partir dos encontros (Certeau, 1998). Em sua obra *A invenção do cotidiano, as artes de fazer*, Certeau (1998, p. 41) problematiza “[...] as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas produções socioculturais” inventando assim uma saída para dizer o que não se pode dizer. Situamos aí uma operação radical, na qual a alteridade serviu de linha-guia para acolher tais experiências que vêm do outro, neste caso, as próprias experiências de Zé Cantor.

Logo, com Silmara, Edson e Zé Cantor, destacamos que tais operações no cotidiano, sendo compostas por práticas comuns, contrariam a passividade e o entorpecimento esperados do corpo drogadito diante de uma leitura imposta pela cultura dominante. Falamos, portanto, de práticas que se constituem como de resistência e liberdade.

Desta forma, para ultrapassar as capturas capitalistas diante do equacionamento de uma vida doente, mergulhadas em estratégias que vulnerabilizam tais grupos sociais, podemos pensar nestas práticas como invenções daqueles que são socialmente excluídos ou desfiliaados, de construir seus territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos (Pelbart, 2011).

Logo, estes pequenos trechos extraídos dos diários de campo, juntamente com as entrevistas em profundidade, apontam para a construção de uma forma de



encontrar suspiros de liberdade diante das fissuras deixadas na possibilidade de não sucumbir à opressão, mesmo que esta faça parte do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão proposta por essa pesquisa, reforçamos a nossa intenção de situarmos na possibilidade de construir outras modalidades relacionais na dimensão conflituosa da vida urbana contemporânea, a partir dos próprios atores envolvidos, a partir do lugar de consumidores de drogas e atravessados pelos problemas associados às drogas em suas vidas. Atores marginalizados e condicionados a serem abjetos diante de uma sociedade colonialista, racista e patriarcal, que produz formas agudas de violência no campo estudado.

Podemos afirmar que foram experiências que nos permitiram acessar a produção de novas subjetivações que resistem às formas de equalização ou serialização próprias de uma sociedade que impõe inúmeras experiências traumáticas na vida cotidiana. Neste aspecto, a vida deve ser vista como uma espécie de teatro, não como uma representação apenas, mas em que se aprende efetivamente o caráter criacionista da produção da subjetividade. O corpo aqui constrói para si outros modos de existência (para além do consumo de drogas), pois ele não se permite mais ser organizado nas estruturas encaixotantes e fixadoras; ele transversaliza outros corpos, outros sentidos, produzindo encontros e movimentos com a alteridade (Brito, 2012).

Foram realizadas várias operações móveis a partir das ações dos sujeitos participantes, que transformaram os lugares e instituições em espaços subjetivos. Trata-mos aqui de uma abertura para os movimentos de confronto com os códigos sociais vigentes e opressores, construindo assim rupturas nos próprios territórios acessados, possibilitando, apesar de precária, a vida cotidiana.

Dessa forma, por meio das “andarilhagens etnográficas”, foi possível acompanhar as diversas criações de linhas de fuga ou resistência, como pequenos intervalos de liberdade diante dos imperativos universais de normalização, que tentam eliminar e, ao mesmo tempo, construir outros desejos no lugar daqueles considerados desviantes.

Com as “conversas de pé de chinelo”, outras formas de movimento no mundo se apresentaram, diferindo e tecendo novas possibilidades para a produção de conhecimentos e para uma vida afirmativa no encontro com os outros. O que tais parcerias nos trouxeram são desejos e interesses para além do imposto pelos mercados e pelas políticas de Estado, quiçá pelas políticas que nos são enfiadas de forma heterônoma pelos administradores do mundo neoliberal e globalizado, e que, inevi-



tavelmente, se infiltram no cotidiano das relações dentro e fora da rede de atenção psicossocial. Assim, temos a aposta nos cotidianos como espaços de criação de conhecimentos e de produção da vida social. Por isso, há a urgência de saídas que ultrapassem a imagem dogmática do pensamento proibicionista, na perspectiva de levar esse próprio pensar a limites fronteiriços, e que nos comprometam diante da aposta por uma vida de experiências e liberdades. Acreditamos que essa é uma aposta ética que também pode se concretizar no âmbito das práticas de cuidado que se operam na RAPS, cujas pistas estão nas “andarilhagens” pelo território da cidade e nas conversas despreziosas (“de pé de chinelo”), como tecnologias relacionais simples e ricas em possibilidades.

Portanto, se viver é criar na expansão e na afirmação de um exercício da plasticidade, destacamos que foi diante dessas vidas equacionadas em lugares marginais que foi possível encontrar a produção de novos desejos e novas crenças, a partir de novos agenciamentos e possíveis outras cooperações.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C. F et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social**, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, vol. 4, n. 2, p. 4-13. Abr.- jun., 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265328844003>. Acesso em: 10 de dez. 2024.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. p. 216, 2011.

ALESP. **Resolução nº 103 de 3 de maio de 1870**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 1870.

AMORIM, A. K. de M. A.; DIMENSTEIN, M. Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 14, n. 1, p. 195–204, 2009.



BARBOSA, R. B. **Medos corriqueiros e vergonha cotidiana: uma análise compreensiva do Bairro do Varjão/Rangel, João Pessoa, PB.** [Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB, 2015.

BRASIL. Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,extincta%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

BRITO, M. dos R. de. **Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada.** Rio de Janeiro: Alegrar, n. 9, jun. 2012

CALVINO, I. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, H. Proibição da Maconha: racismo e violência no Brasil. **Cadernos das Américas Latinas**, vol. 92, p. 135-152, 2019.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. vol. 2, Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

COSTA, D. W. S. Nomadismo como potência de sonhar: O nômade e sua máquina de guerra. **Artefactum** – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia, vol. 16, n. 1, 2018.



COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DELEUZE, G.; Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Ligia Fônseca Ferreira, Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. C. S.; ALVES, N. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/ com os cotidianos em educação** [E-book]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, Disponível: <https://books.scielo.org/id/ps2mx/pdf/ferraco-9788575115176.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde Soc.**, vol. 23, n. 3, 979-992, 2014.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos Cebrap**, 2012.

FIRMO, A. de O. Entre a Máquina de Guerra o Objet Bricoleur. **Revista ARA**, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Saber-Poder**. Ditos e Escritos, vol. 4. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.



HUR, D. U. **Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra.** Mne-
mosine, vol. 8, n. 2, p. 51-69, 2012.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: umavida filosófica.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

KOURY, M. G. P., & BARBOSA, R. B. **Sob os olhos da vizinhança: uma reflexão etno-
gráfica sobre formas de controle e administração das tensões em um bairro popular.**
[Apresentação de trabalho]. 39º Encontro Anual da ANPOCS. GT34 - Sobre periferias:
novos conflitos no espaço público. MG, 2015.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética.** São Paulo: Hucitec, 2009.

LEMÕES, T. A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal
na luta pelos direitos da população de rua. **Anuário Antropológico**, vol. 44, n.1, p. 189-
216, 2019. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/
article/view/10862/22403](https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/10862/22403). Acesso em: 12 dez. 2024.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista
Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALHEIROS, L. S. B. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura
de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia.** Dissertação de Mestra-
do, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia,
Salvador, 2018.

MARINHO, P. W. P. **Da felicidade à loucura: modernidade, bio-poder e cannabis sati-
va.** Monografia de graduação, Departamento de História da Universidade Federal do
Rio Grande. Natal, 2008.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÊLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesqui-
sas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. et al (Orgs.). **A produção de in-
formação na pesquisa social: compartilhando ferramentas Rio de Janeiro:** Centro
Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 274-294, 2014.

PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Revista Saúde
Soc. São Paulo**, vol. 24, p. 19-26, 2015.



PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2011.

PERNAMBUCO, P; BOTELHO, A. **Vícios sociais elegantes.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

RAUPP, L. M. **Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: Cotidiano, práticas e cuidado.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, D; ELIAS, G; OLIVEIRA, N. Justiça de transição como chave pacificadora e reparadora da guerra às drogas. **Revista Platô**, Drogas e Política. São Paulo, 2020.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1894.

RUI, T. C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

SOARES, M. K.; MACIEL, N. C.; AMORIM, A. **Questão racial nos processos criminais por tráfico de drogas dos tribunais estaduais de justiça comum: uma análise exploratória.** Brasília, DF: Ipea, 2023.

URIARTE, U. M. **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Ponto Urbe [Online], 11, 2013 Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300> Acesso em: 09 de dez. de 2024.

